

# **A Implementação de Políticas Públicas De Inclusão Escolar no Ensino Municipal de Santana Do Livramento: Integração ou Inclusão?**

Acadêmica: Elizabeth da Silva Padilha  
Orientador: Dr. Guilherme Howes Neto

**Resumo:** O presente estudo de caso analisou as Políticas Públicas de Educação Inclusiva implementadas no município de Santana do Livramento, o que está sendo ofertado aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais matriculados nos anos iniciais da rede municipal de ensino. A educação inclusiva é um tema muito recente e que últimos 10 anos surgiram políticas que visam a inclusão escolar destes alunos. Realizou-se uma breve linha do tempo a respeito do atendimento educacional especializado, histórico das legislações pioneiras a respeito da educação especial que surgiram no país desde o século XX até chegar às legislações vigentes atualmente. Destacando as principais políticas públicas que devem ser ofertadas nas escolas, para que o ensino inclusivo realmente ocorra, coloca-se em pauta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Política esta publicada no ano de 2008 e que serve de norte para a implementação de um sistema realmente inclusivo, onde as políticas públicas modificam o ambiente para incluir a todos. Para melhor análise desta situação destacou-se questões como a adequação das Políticas de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica; a estrutura de apoio á implementação da política de inclusão escolar da Secretaria Municipal de Educação e os aspectos pedagógicos das salas apresentam alguma barreira aos portadores de deficiência. Quanto a classificação da pesquisa, é do tipo descritiva, de abordagem qualitativa e o método aplicado foi o estudo de caso. A análise se dá de maneira qualitativa por se tratar de um estudo de caso, esta análise apresenta geralmente três etapas que são seguidas na análise de dados: redução, exibição e conclusão/verificação. Após a análise de dados observa-se que o município através do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado implementou as principais políticas públicas asseguradas nas legislações vigentes nas escolas da zona urbana, visando a meta 4 do Plano Municipal de Educação, que refere-se ao Atendimento Educacional Especializado. Trabalhando-se assim em prol da inclusão que diverge da prática da integração, em que os alunos deveriam adaptar-se ao ambiente onde eram inseridos, levando muitas vezes os mesmos a exclusão.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Educacionais, Inclusão Escolar, Educação Especial.

**Abstract:** This case study analyzed the Inclusive Education Public Policies implemented in the city of Santana do Livramento, which is being offered to students with Special Educational Needs enrolled in the early years of the municipal school system. Inclusive education is a very recent theme and policies that aim at the inclusion of these students have emerged in the last 10 years. A brief timeline was made regarding the specialized educational attendance, history of the pioneering legislations regarding the special education that emerged in the country from the twentieth century until reaching the current legislations. Highlighting the main public policies that must be offered in schools, so that inclusive education really occurs, the National Policy of Special Education in the Inclusive Education Perspective is on the agenda. Policy is published in 2008 and serves as a guide for the implementation of a truly inclusive system, where public policies change the environment to include everyone. For a

better analysis of this situation, issues such as the adaptation of the Special Education Policies of the City Secretariat of Education to the requirements of the Basic Education Guidelines and Bases Law were highlighted; the support structure for the implementation of the school inclusion policy of the City Secretariat of Education and the pedagogical aspects of the classrooms present some barrier to the disabled. As for the research classification, it is descriptive, qualitative approach and the applied method was the case study. The analysis is qualitative because it is a case study, this analysis usually presents three steps that are followed in the data analysis: reduction, display and conclusion / verification. After data analysis, it is observed that the city through the Specialized Pedagogical Support Center implemented the main public policies ensured in the legislation in force in urban schools, aiming at goal 4 of the City Education Plan, which refers to Educational Attendance Specialized. Working for inclusion that diverges from the practice of integration, in which students should adapt to the environment in which they were inserted, often leading to exclusion.

**Key Words:** Educational Public Policies, School Inclusion, Special Education

## 1. INTRODUÇÃO

O paradoxo da inclusão/exclusão sempre esteve presente na sociedade de alguma forma. Desde o acesso a alguns prédios ao desenho arquitetônico que algumas edificações tinham há algumas décadas passadas que dificultavam o acesso de alguns; até o espaço de fala e seguridade do tratamento de forma igualitária, sem segregação, em espaços que antes não se tinha acesso ou garantia de espaço.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), já em seu art.5º lê-se: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”; neste sentido, atualmente estamos em busca de assegurar a equidade e a inclusão, que são ofertados pelo estado em forma de políticas públicas, que facilitam e promovem que estes dois valores intervenham em prol do acesso às garantias asseguradas no art. 5º da Constituição de 1988.

Décadas atrás mal havia literatura a respeito da inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade, privando as mesmas do convívio com os ditos normais. Tanto que ainda há projetos de inserção parcial (classes especiais, salas de recurso, turmas de aceleração, escolas especiais, professores itinerantes), atendem alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, muitas vezes em espaços escolares semi ou totalmente segregados, sendo atendidos de maneira distanciada de outros alunos sem NEE<sup>1</sup>, contra o princípio de igualdade.

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (Lei nº 9394/1996), a inclusão tem seu espaço especificamente no art.58: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educandos portadores de necessidades especiais.” Os alunos com NEE, teriam acesso à educação escolar de preferência no ensino regular, tendo nesse artigo um dispositivo para a educação inclusiva.

Contudo, existem diversos modos de organizar o ensino, um em específico de acordo com Mantoan, Santos (2010) é o chamado “sistema cascata” que prevê opções de

---

<sup>1</sup>Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação)

encaminhamento, de acordo com a gravidade do caso, do aluno do ensino comum para o especial: 1º sala de aula comum + sala de recursos, 2º classe especial, 3º escola especial.

Em meados dos anos 90 movimentos mundiais em prol da inclusão começam a ganhar espaço; com a Declaração de Salamanca (1994) e Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) começa-se a debater e refletir sobre a chamada educação inclusiva. Tais movimentos serviram e servem até hoje como diretrizes para as políticas de inclusão, ajudando a definir políticas para a inclusão em diferentes setores, deixando de lado a separação e divisão entre o ensino regular e a educação especial.

Capellini (2013) afirma que mesmo com o surgimento do tema da inclusão a segregação das pessoas com NEE continuou pelo simples fato do atendimento a estes continuarem sendo realizados por instituições especializadas, muitas vezes pela comunidade não aceitar recebê-los em algumas escolas da rede regular.

No ano de 2008, foi aprovada a Nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), em que apresenta uma série de novas diretrizes para a educação chamada “inclusiva”, fazendo a escola ganhar outra perspectiva, criando novas referências para uma escola pensando em um sistema inclusivo, dando à escola e às classes especiais uma nova abordagem. Alunos com NEE são incluídos em sala de aula comum e as classes especiais atuam como atendimento educacional especializado, auxiliando o aluno no contra turno de forma a auxiliá-lo no ensino regular. Ou tendo acesso a este auxílio através de uma instituição filantrópica de Educação especial (Escolas Especiais, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE etc.).

Focando no município de Santana do Livramento, este artigo busca realizar uma análise de como esta política está sendo implementada no âmbito municipal. O município oferta aos alunos com NEE dos anos iniciais do ensino fundamental o que as Legislações vigentes asseguram a estes; as Políticas Públicas de Inclusão Escolar aplicadas na rede municipal de ensino estão de comum acordo com a meta e as estratégias do Plano Municipal de Educação<sup>2</sup>(2015), de que forma estas cumprem seu papel como agente de inclusão.

Desta forma busca-se identificar a adequação das Políticas de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica; analisar a estrutura de apoio à implementação da política de inclusão escolar da Secretaria Municipal de Educação e averiguar se os aspectos pedagógicos das salas apresentam alguma barreira aos portadores de deficiência, com o auxílio de fotos, descrições e/ou depoimentos.

É importante salientar que, durante a pesquisa acerca de trabalhos acadêmicos sobre Educação Especial, observa-se que o tema é muito abordado em trabalhos de Pedagogia, sendo poucos com a abordagem na Gestão Pública, focando nas políticas que os municípios exercem para a prática da educação inclusiva. A educação tem papel importante para a promoção da equidade e da inclusão. Para Abrucio (2018, p.41) “a garantia de igualdade de oportunidades educacionais é essencial para reduzir desigualdades”, garantindo esta educação que se faz a tão debatida inclusão.

Segundo Abrucio<sup>3</sup>(2016), a Gestão Pública tem diversas formas de atuação, e a educação é uma destas formas e assim como a própria Administração Pública não é igual em todas as áreas de atuação. A educação tem suas singularidades e sendo assim necessita de uma ferramenta própria para cada modalidade de ensino, neste trabalho abordaremos a educação especial. As políticas educacionais necessitam de uma qualidade de quem as elabora tanto em

---

<sup>2</sup>Aprovado no ano de 2015, estabelece metas para o decênio 2015-2025, tem como meta 4 a universalização do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

<sup>3</sup>Entrevista concedida por Abrucio, Fernando Luiz. Gestão pública precisa entender particularidades da educação. [16 de novembro de 2016]. Entrevistador: Rubem Barros. <http://www.revistaeducacao.com.br/>

nível estadual quanto municipal, acredito que este trabalho contribuirá para auxiliar na análise da educação inclusiva do município levando em conta as peculiaridades desta modalidade de ensino.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NEE.

Observando países da Europa e da América do Norte, pesquisadores da história da Educação Especial, separaram em quatro estágios o desenvolvimento do Atendimento a pessoas com alguma deficiência: a) negligência; b) institucionalização; c) educação; d) integração.

Quadro 1: Estágios, períodos e características do atendimento a pessoas com deficiência.

Estágio	Período	Característica
Negligência	Era pré cristã	Segundo Miranda (2003) este estágio foi caracterizado principalmente pelo distanciamento da sociedade da época aos deficientes, estes eram abandonados e não recebiam nenhum cuidado.
Institucionalização	Por volta do século XVIII e início do XIX	Foram fundados institutos, onde seriam internadas pessoas com alguma deficiência; uma forma segregada de atendê-los.
Educação	Início no séc. XIX e foi até o séc. XX	Observou-se o desenvolvimento de escolas/classes especiais em escolas públicas, porém era uma educação a parte, alunos com deficiência ainda eram separados dos outros alunos ditos sem deficiência, passando muitas vezes a não interagir com outros alunos que não faziam parte deste grupo.
Integração	Início dos anos de 1970	Com os movimentos de integração social das pessoas com deficiência, com a finalidade de integrar nas escolas comuns, junto com alunos sem deficiência.

Fonte: elaborado pela autora.

Mazzotta (1996), por sua vez, em seu estudo dividiu a educação especial em dois períodos; o primeiro de 1854 a 1956 onde o atendimento era por iniciativas oficiais e particulares isoladas e o segundo período foi de 1957 a 1993, por iniciativas oficiais de âmbito nacional, abordando a Educação Especial como uma modalidade de ensino. Observa-se que após estes dois períodos, iniciou-se a temática da integração que diverge da inclusão como será abordado mais a frente.

Outro autor que fez um estudo sobre a história da Educação Especial foi Mendes (1995) que em seu trabalho fez uma divisão de 3 fases de desenvolvimento da educação de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil, a fase da negligência, a fase da institucionalização e a fase da integração, que diferem dos períodos de desenvolvimento de países europeus e norte-americanos.

Quadro 2: Divisão dos estágios, períodos, características e marcos históricos sobre o atendimento de pessoas com deficiência no Brasil.

Estágio	Período	Características	Marcos históricos
Negligência	Até os anos 1950.	O atendimento das pessoas com deficiência, estas tinham acesso ao atendimento somente em instituições residenciais, que eram poucas e uma pequena parcela da população com deficiência tinha acesso.	Criação do Instituto Imperial dos Meninos Cegos (hoje em dia Instituto Benjamin Constant) em 1854 e o do Imperial Instituto dos surdos-mudos (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES) fundado em 1857 no Rio de Janeiro na época do império.

Institucionalização	Início por volta dos anos de 1950.	A legislação da época era baseada em ideias a serem alcançadas e não nas condições reais e capazes de serem alcançados, a LDB de 1961 demorou 13 anos, de 1943 a 1961, para tornar-se lei.	No período de 1945 a 1959 houve um aumento em Instituições de Ensino Especial, como a Sociedade Pestalozzi, fundada em 1945, a APAE fundada em 1954 que foi uma resposta à omissão do governo para o atendimento de casos graves de deficiência. No decorrer da década de 60 houve uma grande evolução no número de atendimentos, no ano de 1969 já havia 800 escolas de ensino especial para alunos com deficiência mental. Enquanto vários países na década de 1970 estavam debatendo a temática da integração, em nosso país estávamos na fase da institucionalização, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973.
Integração social	Anos 1980 e 1990	A Constituição Federal (1988) tem em seus artigos intenções de mudanças sociais, e no Art. 208 institui a integração escolar, estabelecendo o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo assim o direito de todos à educação.	Analisando até a década de 90, percebemos grandes conquistas na área da educação especial, e estas conquistas serão reforçadas com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (Lei nº 9394/1996).

Fonte: elaborado pela autora.

## 2.2 HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO.

A Educação Especial, como foi desenvolvido no tópico anterior, historicamente se organizou de uma forma que se fez entender que o Atendimento especializado tinha como objetivo substituir o ensino comum. Desde a criação das duas instituições de atendimento na época do império, as iniciativas do começo do século XX como a fundação do Instituto Pestalozzi em 1926 e APAES em 1954, o ensino de pessoas com deficiência era feito a parte e de forma segregada. Na década de 1960 houve uma ampliação de instituições de Ensino Especial no país, Miranda (2003 p.5) afirma que “em 1969, havia mais de 800 estabelecimentos de ensino especial para deficientes mentais, cerca de quatro vezes mais do que a quantidade existente no ano de 1960.”

Mas a educação era feita ainda de forma segregada, uma educação a parte, como uma forma de substituir o ensino regular na qual os alunos destas instituições eram vistos como incapazes de se relacionar. Eram políticas de inclusão excludentes, portanto contraditórias, porém os excepcionais já ganhavam espaço na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024/1961, na qual o atendimento educacional aos mesmos, já era apontado como direito, e seu acesso deveria ser oferecido “preferencialmente” dentro do sistema de ensino.

Na década seguinte, quando em nível mundial já se iniciavam as discussões sobre a integração de deficientes mentais, nosso País estava no ano de 1971, alterando a através da Lei nº 5692/1971 a LDB de 1961, definindo “tratamento especial” para alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrarem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados” (BRASIL, 2008, p.8).

No ano de 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), no MEC e que seria responsável pela administração da Educação Especial no país; que incentivou ações para a educação de pessoas com alguma deficiência, que ainda se fazia pro campanhas e ações isoladas, “não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da temática de educação de alunos com deficiência” (BRASIL, 2008,p. 7).No que se refere a alunos com superdotação, estes mesmo tendo acesso ao ensino regular não havia um atendimento especializado que levasse suas peculiaridades.

No entanto, a inclusão como preocupação começa a aparecer no corpo das políticas públicas na fase anteriormente denominada institucionalização. E nesse momento que a sociedade vocaliza, por meio de políticas institucionais, uma atenção especial com a questão da inclusão, mas no início falava-se mais em integração do que em inclusão.

Mantoan (2003) diferencia integração da inclusão da seguinte forma, enquanto integração se constitui somente da inserção de alunos com NEE em escolas da rede regular e se baseava na normalização dos mesmos e a escola não muda mas o aluno que tem que mudar para adaptar-se a ela. A Inclusão questiona as políticas públicas educacionais até a organização da própria escola em si, e bate de frente com o modelo de integração, que insere o aluno que foi excluído e a inclusão não deixa ninguém de fora do processo ensino aprendizagem e se mantém na mudança da abordagem educacional.

O movimento de Inclusão Social teve início na metade dos anos de 1980 em alguns países desenvolvidos, ganhou impulso nos anos 90 e começou a se desenvolver nos 10 primeiros anos do início do séc. XXI.Com a Constituição Federal (1988) e a nova LDB (Lei nº 9394/1996), a Educação Especial começou a ter seu espaço na rede regular de ensino, garantindo aos alunos com NEE matrícula no ensino regular e atendimento educacional especializado. Outras legislações que seguiram também reforçam a temática a inclusão, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/1990 que no art. 54 reforça os deveres do estado quanto ao atendimento educacional e no art. 55 retoma o dever dos pais e responsáveis quanto a matrícula de todas as crianças e adolescente em idade escolar (BRASIL, 1990).

Os anos de 1990 são marcados por discussões internacionais que tiveram como fruto a Declaração de Salamanca e a Convenção da Guatemala dois marcos históricos da inclusão, que serviram de norte para a criação de legislações e políticas para a área.

As políticas públicas efetivamente inclusivas entraram no repertório das políticas públicas inspiradas na Convenção da Guatemala (1999) ao afirmar que “a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoas portadora de deficiência (...) [essas pessoas] têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais” (MANTOAN, SANTOS, 2010, p.24).

Após estes eventos a área da educação começa a desenvolver legislações que visam um sistema educacional inclusivo, criando normas e diretrizes acerca dos serviços especializados para o auxílio dos alunos com NEE para que tenham um desenvolvimento dentro da rede regular de ensino. Entre estas legislações podemos citar nossa Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Decreto nº 6449/2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência que dedicam em seus textos um capítulo ou artigo que trata do direito à educação e a serviços especializados para pessoas com necessidades especiais. Serviços especializados que estão normatizados pela Resolução nº 4/ 2009, que serve de diretriz para o AEE<sup>4</sup> na educação básica.

---

<sup>4</sup>Atendimento Educacional Especializado.

## 2.3 IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR.

Para Rodrigues (2011) política pública é o processo pelo qual os grupos que fazem parte da sociedade, estes diferentes entre si, traçam decisões em prol do todo; essas decisões visam algo em comum. Assim sendo as políticas públicas resultam das atividades políticas e se constituem de decisões e ações.

As pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou superdotação durante muito tempo foram atendidas de maneira segregada e excludente, os pais destes tiveram um papel importantíssimo, pois foi através de grupos organizados por estes que se concretizaram serviços e recursos especiais para deficientes (MAZZOTTA, 1995).

A constituição federal foi um marco para as políticas públicas de inclusão, como vimos anteriormente abrindo assim espaço para a criação de políticas de inclusão social. Sasaki (1997, p.40) conceitua inclusão social como: “como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.” Na área da educação esta adaptação se dá através das legislações para incluir alunos com NEE no sistema regular de ensino, para que o processo ensino aprendizagem não se dê de forma segregada, como acontecia no passado.

Em 1995 é publicada a Política Nacional de Educação Especial mas esta política não realiza grandes mudanças nas práticas educacionais. Pois era mais um pressuposto da integração, onde os alunos que possuíssem condições de frequentar classes regulares o fariam. No ano de 1999, o decreto nº 3.298, regulamentou a Lei nº 7.853/89 a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que dá ênfase a Educação Especial como uma complementação do Ensino Regular.

Nos primeiros 10 anos do século XXI, a educação brasileira iniciou o debate sobre a inclusão na área da educação, e iniciou-se então através de legislações específicas como a LDB Lei nº 9394/1996 que dedicou a educação especial um capítulo em que trata esta como uma modalidade que não substitui o ensino regular. Em 2001 acompanhando as mudanças no cenário educacional, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/ CEB nº 2/ 2001 ampliou o caráter da Educação Especial para realizar o Atendimento Educacional Especializado, mas não se fortaleceu ainda neste ano uma política de educação inclusiva em nosso país. Em 2004, o programa Brasil Acessível foi implementado com o objetivo de desenvolver ações inclusivas, como a promoção da acessibilidade em diversos setores da sociedade. No cenário da educação por meio do Decreto nº 5.626/05, regulamentou-se a Lei nº 10.436/2002, visando assim a inclusão de alunos com surdez, através da inclusão da Libras como componente curricular e a Língua Portuguesa que seria ensinada como segunda língua.

No ano de 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é publicada com o objetivo de assegurar que a educação inclusiva se faça presente nas escolas brasileiras, esta política apresenta uma série de orientações para que os alunos com NEE sejam realmente incluídos. O Decreto nº 6571/2008 foi uma enorme conquista para as pessoas com NEE, já que regulamenta o AEE que já estava presente em nossa constituição e na LDB vigente e somente no ano de 2008 foi regulamentado da forma como é realizado atualmente.

Em 2009, o Decreto nº 6949/2009 que promulga a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com deficiência que se realizou em 30 de março de 2007, na cidade de Nova York; em seu Art. 29 estabelece que a educação inclusiva fosse garantida em todos os níveis de ensino. No mesmo ano o Conselho Nacional de Educação institui a Resolução nº 4/2009, que trata das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado,

que pelo qual pode se dar no contraturno o atendimento que os alunos com NEE necessitam, e frequentando o ensino regular de forma não segregada, complementando o aprendizado dos alunos com NEE e acordo com suas capacidades e dificuldades apresentadas.

Já no ano de 2015, a Lei nº13.146/2015 que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Este estatuto dedicou o capítulo IV ao direito à educação onde assegura o acesso a um sistema de ensino inclusivo e que dá ao poder público o dever de instituir políticas públicas para que se tenha um sistema educacional inclusivo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), tem como um de seus objetivos assegurar que a educação inclusiva seja realmente colocada em prática e para isso apresenta medidas onde define que a educação especial seria uma modalidade da educação, e que seria posta em prática através do AEE.

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 dentro de todas as 20 metas, dá atenção ao acesso a educação básica e ao AEE na 4ª meta, em que define como meta a universalização do acesso a alunos com NEE, dos 4 aos 17 anos.

Conforme Abrucio (2018), a Constituição Federal (1988) definiu um novo tipo de ordem para a educação nacional em que a União normatiza e os estados e municípios executam políticas públicas para a educação. Sabendo-se da existência deste fato o município de Santana do Livramento em seu Plano Municipal de Educação, levando em consideração a meta 4 do Plano Nacional de Educação, estabelece estratégias para a implementação e execução do AEE em toda a rede municipal de 2015 até o ano de 2024.

Quadro 3: As políticas educacionais de inclusão escolas nas legislações brasileiras:

Legislação:	O que assegura:
Constituição Federal (Brasil,1988) Art.5, 205, 206, 208	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação direito de todos e dever do estado</li> <li>• Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola</li> <li>• Dever do estado com a educação, garantindo AEE, acesso a todos os níveis de ensino respeitando a capacidade de cada um.</li> </ul>
LDBLei nº9394/1996 Art. 58, 59, 60	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação Especial haverá somente quando for necessário serviços de apoio especializado, o AEE será realizado em classes, escolas ou serviços especializados, tendo início na educação infantil de zero a seis anos;</li> <li>• Currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;</li> <li>• Aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;</li> <li>• Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;</li> <li>• Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.</li> </ul>
ECA-Lei nº 8069/1990	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigação dos pais ou responsáveis de matricular os filhos na rede regular de ensino</li> <li>• Dever do estado: Atendimento educacional especializado a alunos com NEE.</li> </ul>
Decreto nº 6949/2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;</li> <li>• Não exclusão do sistema educacional;</li> <li>• Acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, ao ensino</li> </ul>

	<p>secundário, em igualdade de condições;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;</li> <li>• Apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral;</li> <li>• Medidas de apoio individualizadas e efetivas de acordo com a meta de inclusão plena;</li> <li>• Facilitação do aprendizado do Braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares;</li> <li>• Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade lingüística da comunidade surda;</li> <li>• Que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, façam-se ministradas nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social;</li> <li>• Acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições.</li> <li>• A provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.</li> </ul>
<p>Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista Lei nº 12764/ 2012</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em casos que seja necessário, o aluno poderá ter o auxílio de um acompanhante especializado.</li> <li>• Proteção perante a lei caso haja recusa de algum gestor escolar para a matrícula do mesmo na rede escolar de ensino.</li> </ul>
<p>Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universalizar o ensino para alunos de 4 a 17 anos com NEE, acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de um ensino inclusivo, salas de recurso multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.</li> </ul>
<p>Lei nº 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A pessoa com deficiência tem assegurado o direito a ter acesso ao sistema educacional inclusivo em todos os níveis de instrução ao longo de seu desenvolvimento.</li> </ul> <p>O Estado deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;</li> <li>• Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;</li> <li>• Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade;</li> <li>• Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;</li> <li>• Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;</li> <li>• Planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de</li> </ul>

	<p>acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;</li> <li>• Adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;</li> <li>• Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;</li> <li>• Oferta de ensino de Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;</li> <li>• Acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;</li> <li>• Acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;</li> <li>• Oferta de profissionais de apoio escolar.</li> </ul>
--	--

Fonte: elaborado pela autora com base nas legislações vigentes que abordam a temática da inclusão.

Com todas estas legislações assegurando a temática da inclusão na área da educação, surgiu a necessidade de criar leis específicas sobre o Atendimento Educacional Especializado. Desde sua conceituação, definições acerca deste e de que forma é regulamentado.

#### Quadro 4: Legislações específicas sobre o Atendimento Educacional Especializado.

Legislação sobre o Atendimento Educacional Especializado:	O que tem que ser oferecido:
<p>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (Diretriz para que as escolas possam organizar a Educação Especial para que se enquadre dentro da legislação inclusiva.)</p>	<p>Os sistemas de ensino devem ter como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença da educação especial em todos os níveis de ensino;</li> <li>• Serviço de atendimento Educacional especializado nas escolas de ensino regular, que assegura o acesso e a continuidade da formação escolar de alunos com NEE.</li> <li>• Formação de professores que oferecerão o AEE</li> <li>• Acessibilidade, desde os móveis e equipamentos, nos transportes, na comunicação</li> <li>• Articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.</li> </ul>

<p>Decreto nº 6.571/2008. Regulamenta o Atendimento Educacional Especializado</p>	<p>Objetivos do AEE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos</li> <li>• Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;</li> <li>• Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;</li> <li>• Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.</li> </ul> <p>Objetivos do decreto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de salas de recursos multifuncionais;</li> <li>• Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;</li> <li>• Formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;</li> <li>• Adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;</li> <li>• Elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e</li> <li>• Estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.</li> </ul>
<p>Resolução nº 4/ 2009 Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica</p>	<p>O AEE complementa a formação do aluno. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;</li> <li>• Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;</li> <li>• Cronograma de atendimento aos alunos;</li> <li>• Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;</li> <li>• Professores para o exercício da docência do AEE;</li> <li>• Outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;</li> <li>• Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora com base nas legislações especificadas no quadro.

### 3. MÉTODO

A pesquisa é do tipo descritiva, que “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações em variáveis” (GIL, 2008, p. 28). Sua abordagem é qualitativa e o método é o estudo de caso que será realizado com informações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, o caso é a implementação de uma política inclusiva na rede municipal de ensino, e a unidade de análise foram as escolas de ensino fundamental da rede municipal.

A coleta de dados foi realizada por documentação, entrevistas por pautas e observação simples. Segundo Yin (2010) a coleta por documentação é uma das formas mais relevantes de coleta pois por sua essência podem colaborar para dar fundamento as evidências levantadas. Na entrevista por pautas para Gil (2008) o entrevistador vai seguindo seu roteiro e o entrevistado fala livremente. E a observação simples que é “aquela em que o pesquisador, [...] observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem” (GIL, 2008, p.101).

O levantamento de dados realizado a partir de documentação foi para conhecer o fluxo de matrículas dos alunos, os profissionais especializados e quais são os serviços de apoio que o município oferta a estes alunos, e aplicou-se uma entrevista por pautas com os gestores deste setor, com um roteiro baseado em Zwetsch (2011) que foi utilizado também nas entrevistas com as educadoras especiais das salas de recurso das escolas selecionadas.

Com base neste levantamento de dados selecionou-se 3 escolas da zona urbana, por amostragem intencional que segundo Gil (2008) consiste em se selecionar um grupo com base nos dados que represente a população a ser estudada. Levou-se em conta o número de alunos com NEE das respectivas escolas para a escolha e aplicou-se a entrevista por pautas.

Realizou-se uma observação simples, com o objetivo de identificar a acessibilidade arquitetônica a fim da mobilidade e o material de apoio ofertado aos alunos com alguma deficiência física, através de um registro fotográfico.

A técnica de análise de dados é a qualitativa, que segundo Gil (2008) em que a análise se dá de maneira qualitativa por se tratar de um estudo de caso, esta análise apresenta geralmente “três etapas que geralmente são seguidas na análise de dados: redução, exibição e conclusão/verificação” (MILES, HUBERMAN, 1994, apud GIL, 2008, P.175).

De acordo com Gil (2008) na etapa da redução é quando será realizada a seleção, focalização, simplificação, abstração, e a transformação dos dados coletados em tópicos de acordo com os objetivos da pesquisa, mesmo sendo a primeira etapa da análise ela continuará até a elaboração da conclusão. A exibição seria a organização dos dados coletados, nesta etapa serão definidas outras categorias de análise, além das já selecionadas na etapa da redução. A última etapa é da conclusão/ verificação, faz-se uma revisão para dar significância aos dados já coletados, suas explicações, tantas as vezes forem necessárias, a fim de que as conclusões apresentadas sejam defensáveis e capazes de suportar explicações alternativas.

### 3.1 PROTOCOLO DE PESQUISA

Atividades	Procedimentos
Definições do contexto da pesquisa e da organização observada	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Releitura do Referencial teórico e dos objetos da pesquisa, da pergunta de pesquisa e dos objetivos da mesma.</li> <li>● Leitura de artigos, legislações e livros específicos que tratam sobre o tema.</li> </ul>
Escolha e elaboração das fontes de coleta dos dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Definição dos documentos de interesse a pesquisa</li> <li>● Definição dos elementos para observação simples</li> <li>● Escolha de critérios para a escolha das unidades de análise</li> <li>● Realizar um levantamento sobre as escolas escolhidas para a coleta de dados</li> </ul>
Entrada no campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Preparação para início da pesquisa e negociação para acesso a escolas, para as entrevistas e a observação simples.</li> <li>● Observações para confirmação das unidades de análise, de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação.</li> <li>● Identificação dos possíveis entrevistados, responsáveis da Secretaria Municipal de Educação, e posteriormente os responsáveis pelas salas</li> </ul>

	<p>de recurso.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise dos documentos que auxiliarão na escolha da amostragem intencional de escolas em que se dará a observação simples e as entrevistas com os profissionais especializados.</li> </ul>
Revisão do roteiro de entrevista	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração do roteiro de entrevista</li> <li>• Aplicação de entrevista de teste com os responsáveis pela implementação das políticas públicas de inclusão da Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Checagem e avaliação do roteiro junto do entrevistado</li> <li>• Releitura dos apontamentos junto ao entrevistado quanto a compreensão das perguntas</li> <li>• Retomada do Referencial Teórico para compreensão do instrumento de coleta</li> <li>• Elaboração da versão final do roteiro final</li> </ul>
Observação simples nas escolas municipais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contato com as escolas escolhidas para as entrevistas e observações simples</li> <li>• Observação da arquitetura das escolas se apresenta mudanças para a acessibilidade de alunos</li> <li>• Observar as salas de recurso e instrumentos que possam ter para auxílio do AEE.</li> </ul>
Realização das entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição dos entrevistados, profissionais responsáveis pelo AEE e sala de recursos</li> <li>• Negociação e agendamento da data e local da entrevista</li> <li>• Organização do material necessário - impressão do roteiro e dos termos de consentimento e gravador de voz</li> <li>• Transcrição de cada uma das entrevistas na sua integralidade e leitura simultânea com nova escuta do áudio, para eventuais ajustes.</li> </ul>
Análise das informações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das entrevistas, documentos, fotos, comparando com a teoria.</li> <li>• Redação dos resultados finais da pesquisa.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora com base em Bobsin (2012).

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.

O histórico da Educação Especial até se chegar no campo da Educação Inclusiva, como relata Mazzotta (1995) foi desenvolvendo-se com muito empenho dos grupos organizados, que os principais interessados vocalizaram e fizeram com que a segregação no ensino não ocorresse mais. Houve muita luta e estudo acerca da integração, até a temática da inclusão chegar as legislações específicas, desde as seguridades até as que regulamentam e servem de guia para o AEE.

Conforme Rodrigues (2011) define políticas públicas como resultados de atividades políticas e se constituem de decisões e ações em prol de todos.

No início dos anos 2000 a temática da inclusão começa a aparecer no cenário das políticas públicas, mas somente por volta dos anos de 2010 é que realmente começa-se a implementar o que as legislações asseguram.

Focalizando em nosso município, as políticas de caráter inclusivo começaram a ser implementadas ao longo dos primeiros anos da década de 2010 por iniciativa do poder público para responder as demandas de pais e alunos que necessitam deste atendimento. Para que o sistema de ensino municipal realmente cumprisse o que as legislações asseguram, o

Atendimento Educacional Especializado e seus aspectos definidos por suas legislações específicas.

Assim criou-se no município o Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado, setor da Secretaria Municipal de Educação para a implementação das políticas para o ensino inclusivo. O núcleo realiza tanto o atendimento das crianças quanto de seus pais, por contar com uma psicóloga especializada, educadoras especiais que ofertam o apoio que precisam.

#### 4.1 POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR OFERTADAS PELO MUNICÍPIO.

Para se adequar a nova Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Plano Municipal de Educação do Município de Santana do Livramento (2015) incorpora em seu texto algumas medidas para contribuir para com o ensino inclusivo a nível municipal. Atendimento de qualidade; adoção de uma política de articulação entre setores como saúde, educação e assistência social; envolvimento entre especialistas destas áreas e convênios intermunicipais não governamentais que viabilizem o atendimento desta área são algumas destas medidas.

A Secretaria Municipal de Educação através do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (NAPE), responsável por implementar a política de educação inclusiva; implementou até o presente anosalas de recurso com um educador especial, cuidadores especiais chamados de monitores de contensão e adaptações em prol da acessibilidade em algumas escolas.

Quando realizou-se o levantamento documental, as profissionais do NAPE estavam realizando o censo escolar a respeito dos alunos com NEE atendidos na rede municipal de ensino. A entrevistada fez um breve relato a respeito do número de alunos incluídos e diagnósticos.

*Hoje nós temos 231 crianças incluídas nas hãnn salas ditas regulares...tá. Desses 231 são vários é um leque bem grande de diagnósticos.... que vai desde a dificuldade de aprendizagem até uma paralisia cerebral, um autismo, cadeirante, surdez, surdo-cegueira, temos uma criança com cornélia, temos 2 crianças com Asperger é um leque bem grande...tá (entrevistada A).*

A respeito estrutura de apoio à implementação da política de educação inclusiva, de acordo com o Plano Municipal de Educação a educadora especial do NAPE relatou:

*O que se implementou até agora, as salas tá as salas de recursos..hã a formação desse...a formação... só entra pra dentro de uma sala de recursos o educador especial, tá que antigamente nós não tínhamos esta visão hã... com a vinda da UFSM pra cá a gente conseguiu que os governos tivessem esta visão da educação especial então nós temos hoje em todas as salas de recursos do município um educador especial graduado... tá ou graduado ou pós graduado tá.. com pedagogia e pós graduação em educação especial tá hãnn. Altas habilidades e super dotação nós não temos hoje no município uma.. uma pessoa um educador especial com esta formação, com esta pós graduação ainda não nos apareceu uma criança diagnosticada com, e temos hoje 4 crianças em diagnóstico de, mas não está confirmado ainda, nós não temos hãnn como tem no estado uma sala exclusiva para altas habilidades, que é no CIEP...tá nós não temos no município Nós temos a sala de atendimento educacional especializado em nas escolas do município tanto urbanas quanto as rurais... algumas rurais nós não temos este profissional então ele se remete ou ao NAPE ou a uma escola mais próxima (entrevistada A).*

O Decreto nº 6.571/2008, em seu § 1º define o AEE como: “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. Sendo

assim este atendimento deve ser integrado a escola, envolver a família do aluno e em conjunto com outras políticas públicas para que assim seja feita uma real inclusão.

Os monitores de contensão/ cuidadores especiais são designados, segundo legislações vigentes, há alunos com alguma deficiência já diagnosticada, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), mais precisamente no Art. 3º em seu inciso XIV onde assegura uma acompanhante.

Aos alunos autistas já diagnosticados, este direito é assegurado pelo parágrafo único do Art.3 da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012) este terá direito a um monitor especializado em casos que se comprove a necessidade, mas não há a especificidade da formação dos mesmos.

Quando for necessário um cuidador especial para atividades cotidianas dentro do espaço escolar, a respeito deste tipo de atendimento a educadora especial relatou o seguinte:

*Tá han.. o cuidador especial hoje no município ele é destinado, hã... que a gente colocou um nome de... monitor de contensão tá. O que que é isso...é pra que tipo de aluno está destinado este monitor de contensão, pra um aluno com autismo...pra o aluno cadeirante, pra um aluno com pc e pra um aluno com déficit de atenção e hiperatividade, tá. Um aluno com dislexia ele não precisa de um monitor especial, um aluno com dislalia, discalculia não precisa, então hã pra essas sim e o que este cuidador faz dentro da sala de aula, porque que ele é contensão, que é o conter né.. o autista e o PC e o cadeirante é para a mobilidade na escola... tá, idas ao banheiro... na hora do recreio hã movimentações dentro da escola é o que esse monitor vai fazer. Hã contensão pro autismo que as vezes ele sai da sala de aula... então ele é acompanhante mesmo... seria o anjo da guarda dentro da escola, na parte pedagógica esse monitor não toca de jeito nenhum tá... ele é o cuidador mesmo tá. E que formação... hoje nós recebemos no município de são duas empresas e da eccos e do ciee, são estudantes...ou ensino médio ou faculdade tá nós temos 79 cuidadores hoje no município dentro das salas de aula. (entrevistada A)*

Como a profissional do NAPE relatou os monitores atuam como auxiliares para os alunos com NEE e não interferem na parte pedagógica, são destinados a alunos diagnosticados com autismo, alunos cadeirantes ou com outra NEE. Atua como um acompanhante para estes alunos auxilia em idas ao banheiro, movimentações dentro da escola, etc.

#### 4.2 POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR OFERTADAS NAS ESCOLAS.

Analisando o número de matrículas selecionei as 3 escolas com mais números incluídos, as entrevistas e a observação foram realizadas nos turnos da manhã nas salas de recurso, onde são atendidos os alunos das series iniciais, que são o foco deste levantamento.

Foram selecionadas as seguintes escolas, número de alunos:

Escola	Nº alunos atendidos turno da manhã
E.E.E.F Professor Pacheco Prates	8 alunos
E.E.E.F Saldanha Marinho	12 alunos
E.E.E.F. Abreu Fialho	10 alunos

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados apresentados pelo NAPE.

Zwetsch (2011) apontou em seu estudo a importância de uma chamada conciliação entre o que está sendo posto como política pública e o que está de fato está acontecendo nas escolas diariamente. Como a questão da acessibilidade se estão de acordo com as normas da ABNT, chama-se a atenção ao fato de que oferece-se os serviços mas são mesmos adequados.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), a LDB Lei nº 9394/1996, Decreto nº 6949/2009, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que dissertam sobre políticas de inclusão escolar dentre elas a acessibilidade, modificações curriculares, salas de recursos, salas de recursos para altas habilidades. Decreto nº 6571/ 2008 e Resolução nº 4/2009 que indicam e regulamentam AEE e sua implementação; dentre as muitas seguridades já se pode observar algumas delas já executadas no Município.

Do ponto de vista das adaptações curriculares, as 3 educadoras entrevistadas contaram que já são feitas adaptações nas avaliações, boletins e demais atividades, em um trabalho conjunto com a professora da sala regular, observando-se assim uma cooperação para que a inclusão seja exercida.

Das escolas visitadas duas já contam com rampas e banheiros adaptados, como observou-se na entrada a campo e como observa-se nos registros fotográficos no apêndice G.

Na escola em que não há adaptações físicas para alunos com deficiência, há adaptações curriculares.

*Na área física por enquanto não porque não tem nenhum aluno cadeirante que necessite disto mas o currículo e as adaptações das avaliações também são pareceres descritivos destes alunos não são notas (entrevistada B).*

Nas escolas em que há adaptações físicas, também se disponibilizam outras adaptações.

*Físicas sim, os banheiros são todos adaptados para os cadeirantes... construíram rampas de acesso para os mesmos, o ônibus que vem trazê-los também é adaptado, é tudo adaptado. E curriculares também os professores fazem o que eles podem fazer eles tentam fazer...muitos eu auxílio eu e a ...né então a gente tá sempre trabalhando em conjunto com os professores da sala pra poder ter um melhor desenvolvimento da criança né (entrevistada C).*

*Físicas a gente tem só a rampa ali e tem a sala de recursos mas eu acho que cabe a todos tem a rampa na entrada tem a rampa para ir para o refeitório tem o banheiro especializado aqui também para quem tem necessidades. Agora adaptação ainda estamos a caminho estamos elaborando mas já está de ter aqui na escola já tem as adaptações curriculares para avaliação estas coisas ainda não (entrevistada D).*

Zwetsch (2011) também destaca em seu estudo a importância de se repensar a estrutura das escolas para que se ocorra a implantação do sistema educacional inclusivo, para que estas políticas saiam do papel e que realmente tornem-se agentes de inclusão para um grupo que historicamente recebia um atendimento de forma segregada ou era totalmente excluído.

As salas de recurso da zona urbana contam com um educador especial, funcionam no período da manhã e da tarde; pela parte da manhã são atendidos os alunos das séries iniciais e pela parte da tarde os das séries finais.

Conforme foi relatado no tópico anterior pela profissional do NAPE nem todas as escolas da zona rural contam com um educador especial, nestes casos o AEE é realizado pela equipe do NAPE ou deslocam-se até uma escola próxima que disponha do atendimento.

A Resolução nº 4/ 2009, já abordada anteriormente, apresenta diretrizes para o AEE em seu Art.10 cita que o Projeto Político Pedagógico das escolas deve institucionalizar e organizar a oferta do AEE. Devendo assim institucionalizar as salas de recurso, acessibilidade, recursos pedagógicos, cronogramas de atendimentos, profissionais de apoio e profissionais de educação especial, salas para alunos com altas habilidades entre outros.

Nos respectivos Planos Políticos Pedagógicos das 3 escolas selecionadas ainda não abordam a temática da educação inclusiva, estão sendo reformulados e elaborados para este

ano, sendo um contraponto e divergindo das Legislações específicas que já entraram em vigência nos últimos 10 anos.

Porém as escolas buscam formas de moldar adaptações para alunos com NEE, principal característica da inclusão como define Mantoan (2003) onde os ambientes se modificam para receber os alunos e não o contrário.

As escolas realizam diversas adaptações como: avaliações adaptadas, exercícios dentro das possibilidades dos alunos e boletins descritivos.

*Aqui na escola... bom por enquanto a gente tem esse, a sala de recursos que oferece este atendimento no horário sempre inverso. Os alunos que estudam a tarde vêm de manhã, os que estudam de manhã vem a tarde. No projeto político pedagógico está no processo, as gurias estão adaptando esta área não está concluído ainda, e elas tão planejando tudo isto para organizar a parte da inclusão (entrevistado B).*

*Então desde 2012 como ela falou que foi o último ano de reforma do plano ele não tinha sala de recursos na escola então não tinha nada depois acho que foi uns... não lembro o ano eles colocaram a emenda no plano pra constar que tinha sala de recursos e agora ano que vem vai ser a nova reforma do plano e ai sim vai constar tudo direitinho (entrevistado C)*

*Estamos em estudo né já tem a sala de recursos tem os profissionais e os recursos a gente tem vários também tem computadores ali para a gente utilizar. Mas ainda o PPP está se adaptando né, nosso PPP é antigo e a gente está reformulando este ano estamos a caminho, e acho que vai ser bom o projeto até (entrevistado D).*

Quanto aos aspectos pedagógicos das salas de recursos e se o ambiente das escolas possui alguma barreira aos alunos portadores de deficiência; como anteriormente foi relatado das três escolas selecionadas e observadas duas possuem adaptações físicas.

Entre estas adaptações podemos colocar em pauta novamente os monitores de contensão que são destinados, como foi abordado no tópico anterior, a alunos com Autismo e alunos com Deficiência Física. Estes monitores participam do cotidiano da criança no âmbito escolar o auxiliando. As educadoras especiais entrevistadas relataram que os alunos com caso de autismo mais severo têm o acompanhamento de um monitor, as educadoras das escolas selecionadas relataram o seguinte:

*Sim cada um dos alunos no caso que tem autismo, são aqueles casos mais severos tem um monitor, tem um menino com formação que está cursando o magistério o outro está cursando o ensino médio (entrevistada B).*

*Todos os alunos têm, acho que os que não tem são os gurus tipo este menino que te mostrei né o diagnóstico dele é de retardo mental moderado e ele não tem ninguém. Mas eu não sei se é porque é anos finais... Não sei te dizer, mas os outros todos tem... Os cadeirantes tem. E a formação dos gurus dos monitores é né estudantes de educação especial outros de magistério e alguns não tem... São estudantes do ensino médio (entrevistada C).*

*Olha... alguns tem monitores mas eles não tem formação eles estão no ensino médio (aham) a maioria que estão de monitores está no ensino médio ainda comum né (aham) nem magistério estão tirando... tem uns até que nem se adaptam muito assim (é) é difícil mas tem a maioria tem, os que tem laudo né porque tem vários nas salas aí que não tem laudo então a gente dá o atendimento mas aí eles não tem monitores (entrevistada D).*

Após a observação direta verificou-se que ambas escolas oferecem materiais pedagógicos para auxílio na aprendizagem sejam estes confeccionados pelas educadoras, ou jogos que fazem parte dos acervos destas escolas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O caso da implementação das políticas públicas em educação inclusiva no nível municipal existentes em Sant'Ana do Livramento, tais políticas contribuem para a promoção da inclusão da criança em idade escolar na rede municipal de ensino e percebe-se que nos últimos anos teve-se um avanço no AEE.

Buscou-se analisar e observar se o que ocorre é a integração, em que o aluno é inserido e busca se adaptar ao ambiente ou se ocorre a inclusão onde por meio das políticas públicas se questiona e se molda o ambiente em que os alunos estão inseridos, para que este seja realmente incluído e não excluído. Por tratar-se de uma área da Gestão Pública, como Abrucio (2016) afirma a educação tem suas particularidades e necessita de suas próprias ferramentas para cada modalidade de ensino, na Educação Especial não é diferente.

As políticas que o município oferta aos alunos da rede municipal de acordo com o analisado até aqui, estão sendo implementadas de acordo com o PME e levando em conta as políticas assistivas já asseguradas nas legislações específicas da área da educação e estatutos existentes, mas ainda há alguns pontos há implementar.

Os principais pontos da meta 4 do Plano Nacional de Educação, que refere-se ao AEE, preferencialmente na rede regular de ensino, o ensino inclusivo, as salas de recurso, já foram implementadas em todas as escolas da rede urbana. O Município cumpre o ao menos a parte legislativa a implementação das Políticas Públicas que constam no Plano Municipal de Educação, promovendo assim a inclusão destas crianças, na zona urbana onde todas as escolas contam com o AEE, e ofertam os serviços que são assegurados por lei que garante a inclusão dos alunos com NEE.

Porém, como foi relatado por alguns participantes da pesquisa, como não se tem uma lei específica a respeito da formação dos cuidadores especiais/monitores de contenção, e em sua maioria são estudantes de diferentes áreas, seria interessante em prol de uma melhor introdução destes no acompanhamento dos alunos com transtorno do espectro autista terem um mini-curso ou roda de conversa a respeito deste tema. O Município realiza o Seminário "Todo autista é único", que é um encontro a respeito do Transtorno do Espectro Autista realizado uma vez ao ano por um Vereador da cidade, mas seria este Seminário o suficiente para estes monitores, fica o questionamento.

Um encontro introdutório a estes, antes de iniciar a atividade de monitoramento, seria interessante para o início da atividade, por muitas vezes não serem só alunos autistas os que podem ter o auxílio deste acompanhante, dúvidas sobre o acompanhamento de outros alunos podem aparecer e uma mini oficina poderia fazer o monitor se sentir mais seguro ao iniciar o trabalho.

O município não conta com salas de atendimento para alunos que sejam diagnosticados com altas habilidades, mesmo ainda não tendo casos diagnosticados o ideal seria que a rede municipal já contasse com este tipo de atendimento.

Em relação a acessibilidade, o ideal (ao menos de acordo com a Lei) seria que todas as escolas tivessem um acesso pensado para todos os alunos, e que as modificações não fossem somente realizadas quando um aluno é matriculado na mesma, a escola que deveria estar preparada a todos e não a vinda de um aluno fazer com que mudanças sejam pensadas.

Este estudo visou analisar a implementação das políticas públicas de educação inclusiva, baseando-se nas políticas existentes como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que norteia as principais estratégias para a implementação da Educação Inclusiva. Focando em analisar e destacar o que o município realmente oferta aos alunos, se há realmente uma inclusão ou se o que ocorre é a integração.

O cenário observado permite deixar como sugestão a elaboração de trabalhos que analisem estas políticas de inclusão escolar, mas com um nível maior de abordagem, como

incluir a zona rural, e ampliar o número de escolas participantes. Uma abordagem pedagógica também seria muito interessante. Pois há mais de uma década se aprovou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e muitas escolas ainda não contam com Salas de AEE, acessibilidade, um Plano Político Pedagógico que trate do ensino inclusivo, recursos assistivos muitas vezes por falta de profissionais e também por falta de orçamento, ou por não estarem nas agendas públicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRUCIO, Fernando Luiz. Uma breve história da educação como política pública no Brasil. in: BRAGA, Felipe Michel; DALMON, Danilo Leite; SIQUEIRA, Caetano. **Políticas Educacionais no Brasil: O que podemos aprender com casos reais de implementação?** 1ªed. São Paulo. SM, 2018.

BOBSIN, Debora. **Estruturação de Redes Sociais Virtuais em organização Universitária.** 2012. 212f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, RS.

BRASIL, **Constituição Federal Brasileira.** 1988.

BRASIL, **Decreto N° 6.571 de 17 de setembro de 2008,** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

BRASIL, **Decreto n° 6.949 de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL, **Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL, **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.1996.

BRASIL, **Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Espectro do Transtorno Autista.

BRASIL, **Lei n° 13.005, de 24 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

BRASIL, **Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL, **Resolução n° 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília. 2008.

CAPELLINI, Vera Messias Fialho. **História da Educação Especial: Em busca de um espaço na história da educação brasileira.** 2013 25f. UNESP, Bauru, SP.

Entrevista concedida por ABRUCIO, Fernando Luiz. **Gestão pública precisa entender particularidades da educação.** [16 de novembro de 2016]. Entrevistador: Rubem Barros. <<http://www.revistaeducacao.com.br/gestao-publica-precisa-entender-particularidades-da-educacao/>> acesso em 23/04/2019.

- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira Dos. **Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. 1ªed. São Paulo: Moderna, 2010.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**1ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995. Disponível em [http://www.nuteses.temp.ufu.br/tde\\_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=2&id=1587&listaDetalhes%5B%5D=1587&processar=Processar](http://www.nuteses.temp.ufu.br/tde_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=2&id=1587&listaDetalhes%5B%5D=1587&processar=Processar)
- MIRANDA, Arlete Bertoldo. **História, Deficiência e Educação**. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental, Unimep, 2003.
- RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.
- SANT'ANA DO LIVRAMENTO, Lei Federal N° 13.005 de Junho de 2015. **Plano Municipal de Educação. 2015 - 2024**. Prefeitura de Santana do Livramento, 2015.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- YIN, Robert k. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ZWETSCH, Pamalomid. **Políticas de Educação Inclusiva: Cenas da Implementação a partir da Voz dos Gestores Municipais de Pelotas/ Rs**. 2011 135 f. Tese (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da PUC - RS. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

APÊNDICE A - Roteiro entrevista com pautas com a equipe gestora das escolas municipais.

Dados sócio-demográficos do entrevistado:

Cargo na escola:

Formação inicial e complementar:

Nome da Escola:

Questões:

1. A escola possui sala de recursos ou sala multifuncional com professor especializado para atender os alunos incluídos?
2. Em sala de aula comum os alunos incluídos tem auxílio de um cuidador especial? Qual a formação do mesmo?
3. Há na escola adaptações físicas, curriculares e na avaliação para atender as necessidades desses alunos?
4. Está previsto no Projeto Político Pedagógico da escola a temática da inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como questões relativas à constituição de sala de recursos, com profissional habilitado, além de outros profissionais de apoio à inclusão? Como está sendo implementada?

APÊNDICE B -Roteiro da Entrevista por pautas com representante da equipe gestora da Secretaria de Educação do Município.

Dados sócio-demográficos do entrevistado:

Cargo:

Formação inicial e complementar:

Questões:

1. Quantos alunos incluídos têm na rede municipal de ensino e quais os diagnósticos dos mesmos?
2. Em salas de aula comum, os alunos incluídos tem auxílio de um cuidador especial?
3. As escolas da rede possuem sala de recursos ou sala multifuncional com professor especializado para atender os alunos incluídos?
4. Está previsto no Programa de Governo da atual gestão a temática da inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como questões relativas à constituição de sala de recursos, com profissional habilitado, além de outros profissionais de apoio à inclusão? Quais estratégias, de acordo com o PME estão implementadas até agora?

APÊNDICE C - Entrevista por pautas com representante da equipe gestora da Secretaria de Educação do Município.

Dados sócio-demográficos do entrevistado: entrevistado A

Cargo: Educadora Especial no Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado

Formação inicial e complementar: Educação Especial

Questões:

1.Quantos alunos incluídos têm na rede municipal de ensino e quais os diagnósticos dos mesmos?

R – tá... Hoje nós temos 231 crianças incluídas nas hãnn salas ditas regulares...tá. desses 231 são vários é um leque bem grande de diagnósticos....que vai desde a dificuldade de aprendizagem até uma paralisia cerebral, um autismo, cadeirante, surdez, surdo-cegueira, temos uma criança com cornélia, temos 2 crianças com aspérger é um leque bem grande...tá.

2.Em salas de aula comum, os alunos incluídos tem auxílio de um cuidador especial? E qual seria a formação destes?

R - Tá han.. o cuidador especial hoje no município ele é destinado, hãnn... que a gente colocou um nome de... monitor de contensão tá. O que que é isso...é pra que tipo de aluno está destinado este monitor de contensão, pra um aluno com autismo...pra o aluno cadeirante, pra um aluno com pc e pra um aluno com déficit de atenção e hiperatividade, tá. Um aluno com dislexia ele não precisa de um monitor especial, um aluno com dislalia, discalculia não precisa, então hã pra essas sim e o que este cuidador faz dentro da sala de aula, porque que ele é contensão, que é o conter né.. o autista e o PC e o cadeirante é para a mobilidade na escola..tá, idas ao banheiro.. na hora do recreio hã movimentações dentro da escola é o que esse monitor vai fazer. Hã contensão pro autismo que as vezes ele sai da sala de aula..então ele é acompanhante mesmo... seria o anjo da guarda dentro da escola, na parte pedagógica esse monitor não toca de jeito nenhum tá.. ele é o cuidador mesmo tá. E que formação... hoje nós recebemos no município de são duas empresas e da eccos e do ciee, são estudantes...ou ensino médio ou faculdade tá nós temos 79 cuidadores hoje no município dentro das salas de aula.

3.As escolas da rede possuem sala de recursos ou sala multifuncional com professor especializado para atender os alunos incluídos?

R – sim

4.Está previsto no Programa de Governo da atual gestão a temática da inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como questões relativas à constituição de sala de recursos, com profissional habilitado, além de outros profissionais de apoio à inclusão? Quais estratégias, de acordo com o PME estão implementadas até agora?

R – o que que se implementou até agora, as salas tá as salas de recursos..hã a formação desse..a formação... só entra pra dentro de uma sala de recursos o educador especial, tá que antigamente nós não tínhamos esta visão hã... com a vinda da ufsm pra cá a gente conseguiu que os governos tivessem esta visão da educação especial então nós temos hoje em todas as salas de recursos do município um educador especial graduado... tá ou graduado ou pós graduado tá.. com pedagogia e pós graduação em educação especial tá hãnn. Altas habilidades e super dotação nós não temos hoje no município uma... Uma pessoa um educador especial com esta formação, com esta pós graduação ainda não nos apareceu uma criança diagnosticada com, e temos hoje 4 crianças em diagnóstico de, mas não está confirmado ainda, nós não temos hãnn como tem no estado uma sala exclusiva para altas habilidades, que é no CIEP... tá nós não temos no município Nós temos a sala de atendimento educacional especializado em nas escolas do município tanto urbanas quanto as rurais.. algumas rurais nós não temos este profissional então ele se remete ou ao NAPE ou a uma escola mais próxima tá e de qual era a outra pergunta..? que tu me perguntou na questão que tinha aí..era essa né

APÊNDICE D - Entrevista com pautas com a equipe gestora das escolas municipais.

Dados sócio-demográficos do entrevistado: Entrevistado B

Cargo: Educadora Especial

Formação inicial e complementar: Graduação em Educação Especial pela UFSM e pós em psicopedagogia clínica institucional.

Nome da Escola: Escola Municipal Saldanha Marinho.

Questões:

1.A escola possui sala de recursos ou sala multifuncional com professor especializado para atender os alunos incluídos?

R - Sim, sala de recursos Atendimento Educacional Especializado, com uma educadora especializado pela parte da manhã e outro pela parte da tarde.

2.Em sala de aula comum os alunos incluídos tem auxílio de um cuidador especial? Qual a formação do mesmo?

R - Sim cada um dos alunos no caso que tem autismo, são aqueles casos mais severos tem um monitor, tem um menino com formação que está cursando o magistério o outro está cursando o ensino médio.

3.Há na escola adaptações físicas, curriculares e na avaliação para atender as necessidades desses alunos?

R - Na área física por enquanto não por que não tem nenhum aluno cadeirante que necessite disto, mas o currículo e as adaptações das avaliações também são pareceres descritivos destes alunos não são notas.

4.Está previsto no Projeto Político Pedagógico da escola a temática da inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como questões relativas à constituição de sala de recursos, com profissional habilitado, além de outros profissionais de apoio à inclusão? Como está sendo implementada?

R – aqui na escola... bom por enquanto a gente tem esse, a sala de recursos que oferece este atendimento no horário sempre inverso. Os alunos que estudam a tarde vem de manhã, os que estudam de manhã vem a tarde. No projeto político pedagógico está no processo, as gurias estão adaptando esta área não está concluído ainda, e elas tão planejando tudo isto para organizar a parte da inclusão.

APÊNDICE E - Entrevista com pautas com a equipe gestora das escolas municipais.

Dados sócio-demográficos do entrevistado: Entrevistado C

Cargo na escola: Educadora Especial

Formação inicial e complementar: Graduação da Educação Especial e pós graduação em Psicopedagogia.

Nome da Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Pacheco Prates.

Questões:

1.A escola possui sala de recursos ou sala multifuncional com professor especializado para atender os alunos incluídos?

R – Sim, na parte da manhã fico eu e na parte da tarde tem outra educadora especial que atende outras crianças da manhã que precisam e as da tarde ela em alguns momentos tira as crianças da sala para trabalhar aqui.. e os recursos da sala como tu pode ver são estes. Eu trago meu tablet eu trago o meu computador pra trabalhar..mas em questão de jogos tem muitos a biblioteca é muito boa então tem com muitos jogos assim então..a gente vai adaptando com o que tem com o que a gente pode trazer pra ajudar.

2.Em sala de aula comum os alunos incluídos tem auxílio de um cuidador especial? Qual a formação do mesmo?

R – todos os alunos têm, acho que os que não tem são os guris tipo este menino que te mostrei né o diagnóstico dele é de retardo mental moderado e ele não tem ninguém. Mas eu Não sei se é porque é anos finais...não sei te dizer mas os outros todos tem...os cadeirantes tem. E a formação dos guris dos monitores é né estudantes de educação especial outros de magistério e alguns não tem... são estudantes do ensino médio.

3.Há na escola adaptações físicas, curriculares e na avaliação para atender as necessidades desses alunos?

R – Físicas sim os banheiros são todos adaptados para os cadeirantes... construíram rampas de acesso para os mesmos, o ônibus que vem trazê-lo também é adaptado, é tudo adaptado. E curriculares também os professores fazem o que eles podem fazer eles tentam fazer...muitos eu auxílio eu e a ... né então a gente tá sempre trabalhando em conjunto com os professores da sala pra poder ter um melhor desenvolvimento da criança né

4.Está previsto no Projeto Político Pedagógico da escola a temática da inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como questões relativas à constituição de sala de recursos, com profissional habilitado, além de outros profissionais de apoio à inclusão? Como está sendo implementada?

R – Então desde 2012 como ela falou que foi o ultimo ano de reforma do plano ele não tinha sala de recursos na escola então não tinha nada depois acho que foi uns... não lembro o ano eles colocaram a emenda no plano pra constar que tinha sala de recursos e agora ano que vem vai ser a nova reforma do plano e ai sim vai constar tudo direitinho.

APÊNDICE F - Entrevista com pautas com a equipe gestora das escolas municipais.

Dados sócio-demográficos do entrevistado: Entrevistada D

Cargo na escola: Educadora Especial

Formação inicial e complementar: Curso Normal (Inicial), Educação Especial.

Nome da Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Abreu Fialho

Questões:

1. A escola possui sala de recursos ou sala multifuncional com professor especializado para atender os alunos incluídos?

R – Sim somos duas, uma da manhã e uma da tarde as duas são educadoras especiais formadas.

2. Em sala de aula comum os alunos incluídos tem auxílio de um cuidador especial? Qual a formação do mesmo?

R – Olha... alguns tem monitores mas eles não tem formação eles estão no ensino médio (aham) a maioria que estão de monitores está no ensino médio ainda comum NE (aham) nem magistério estão tirando... tem uns até que nem se adaptam muito assim (é) é difícil mas tem a maioria tem, os que tem laudo né porque tem vários nas salas aí que não tem laudo então a gente dá o atendimento mas aí eles não tem monitores.

3. Há na escola adaptações físicas, curriculares e na avaliação para atender as necessidades desses alunos?

R – Físicas a gente tem só a rampa ali e tem a sala de recursos mas eu acho que cabe a todos tem a rampa na entrada tem a rampa para ir para o refeitório tem o banheiro especializado aqui também para quem tem necessidades. Agora adaptação ainda estamos a caminho estamos elaborando mas já está de ter aqui na escola já tem as adaptações curriculares para avaliação estas coisas ainda não.

4. Está previsto no Projeto Político Pedagógico da escola a temática da inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como questões relativas à constituição de sala de recursos, com profissional habilitado, além de outros profissionais de apoio à inclusão? Como está sendo implementada?

R – Estamos em estudo né já tem a sala de recursos tem os profissionais e os recursos a gente tem vários também tem computadores ali para a gente utilizar. Mas ainda o ppp está se adaptando né, nosso ppp é antigo e a gente está reformulando este ano estamos a caminho, e acho que vai ser bom o projeto até.

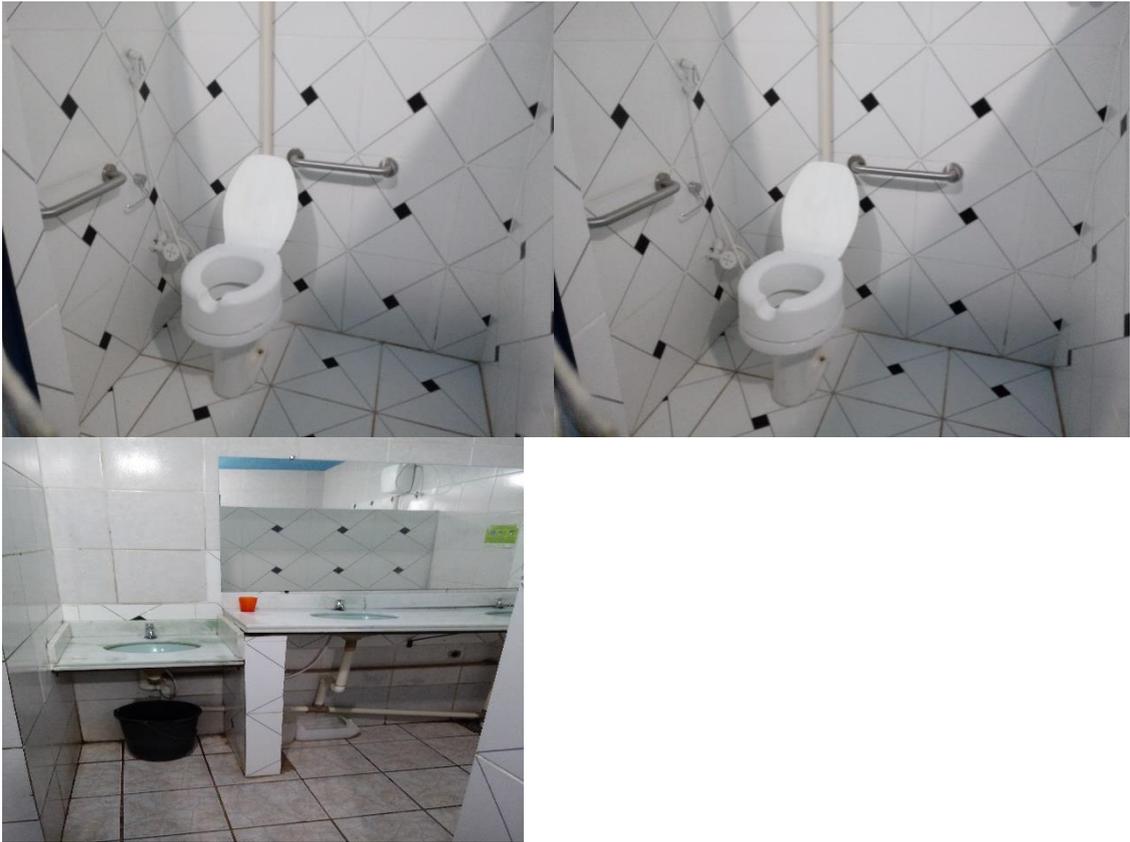
APÊNDICE G - Fotos da observação direta

Escola Municipal de Ensino Fundamental Saldanha Marinho.



Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Pacheco Prates





Escola Municipal de Ensino Fundamental Abreu Fialho





Fonte: Dados da pesquisa.